



CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

Requerimento nº 44/2026
Helio Pedrosa Castelo Neto

Tauá em 27 de março de 2026.

Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, solicitando esclarecimentos detalhados, justificativas formais e adoção de medidas urgentes acerca do descumprimento do prazo regulamentar na análise dos processos de concessão do Passe Livre Intermunicipal, que vêm ultrapassando o período máximo estabelecido.

O vereador signatário, nos termos do que reza o Regimento Interno, Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, solicitando esclarecimentos detalhados, justificativas formais e adoção de medidas urgentes acerca do descumprimento do prazo regulamentar na análise dos processos de concessão do Passe Livre Intermunicipal, que vêm ultrapassando o período máximo estabelecido.

Plenário da Câmara Municipal de Tauá em 27 de março de 2026.


HELIO PEDROSA CASTELO NETO
VEREADOR



**JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação fundamenta-se nas diversas demandas recebidas por este parlamentar, oriundas de cidadãos que aguardam, há mais de 06 (seis) meses, a análise e resposta de seus requerimentos para concessão do Passe Livre Intermunicipal.

Ressalta-se que o prazo regulamentar estabelecido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE para apreciação desses processos é de até 03 (três) meses, o que evidencia um claro descumprimento dos prazos institucionais, gerando insegurança, transtornos e prejuízos diretos à população.

A morosidade na análise dos pedidos impacta, de forma significativa, a vida dos beneficiários, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, que dependem do passe livre para garantir acesso a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social, comprometendo, inclusive, direitos fundamentais relacionados à mobilidade e dignidade da pessoa humana.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a ARCE apresente esclarecimentos formais e detalhados acerca das razões que têm ocasionado tais atrasos, bem como informe as medidas que estão sendo adotadas para sanar a problemática e restabelecer o cumprimento dos prazos regulamentares.

O presente requerimento busca, portanto, assegurar a transparência administrativa, a eficiência na prestação do serviço público e, sobretudo, o respeito aos direitos da população que depende desse importante benefício.

